

ASFOC-SN

TRABALHADORES PRESSIONAM



E GOVERNO REABRE MESA DE NEGOCIAÇÕES

NOVA MARCHA MARCADA
PARA 16 DE JUNHO

OUSAR LUTAR, OUSAR VENCER!

Neste jornal, não podemos deixar de parabenizar cada trabalhador da Fiocruz, mas em especial os 20 servidores que ousaram colocar a vida dos participantes do FioSaúde como prioridade, mesmo sabendo dos riscos que corriam quando do empréstimo tomado ao FioPrev para saldar dívidas do nosso Plano.

Não bastou a transparência e o exemplo de tomada democrática de decisões que demos, discutindo publicamente cada passo que marcamos nesse caminho, nem ter cumprido integralmente a proposta aprovada por todos nós, participante e Instituição, de devolução dos valores, sem nenhum prejuízo ao fundo previdenciário. Nada disso foi suficiente para que a burocracia estatal entendesse que a vida e a democracia valem mais que o pragmatismo burro dos nossos tempos.

No fim das contas, ainda podemos ter alguma esperança. Afinal, mesmo autuados e tendo vivido toda essa roda vida que foi o auto-de-infração que enfrentamos, todos juntos, nos sentimos inocentados com a decisão da Câmara de Recursos da Previdência Complementar de considerar improcedente a famigerada autuação. Ali, houve a compreensão de que, mesmo no limite do que poderia se considerar legal, a legitimidade da decisão e da nossa ação, diante dos fatos concretos que vivíamos, devia prevalecer. E prevaleceu. Valeu!

Mas nossa luta tem várias frentes e desde o início de 2010 temos a expectativa de avançarmos para um acordo que compense as possíveis perdas relativas à mudança dos parâmetros para concessão dos adicionais de insalubridade. Desde lá, foram muitas idas e vindas. Negociações que se iniciavam e interrompiam pelos mais variados motivos, em geral com justificativas muito pouco consistentes por parte do governo. Esse processo, que em vários momentos chegou às raias do desrespeito por parte do governo, também atingiu a direção da Fiocruz, que teve descumprido por parte do próprio governo o que era acordado. Some-se a isso a pouca efetividade que o Ministério da Saúde demonstrou durante o período e parecia que o fim de ano seria sem qualquer avanço.

A duras penas, já no apagar das luzes do governo Lula, as conversas evoluíram um pouco e parecia ser

possível conseguirmos um acordo. Pra variar, isso não aconteceu. Porém, alguns pontos foram assumidos pelas partes envolvidas na negociação como base para um possível acordo: a incorporação de parte das gratificações de desempenho ao vencimento básico, sendo 10% no nível intermediário (NI) e 20% no nível superior (NS); e a possibilidade de, a partir de mudanças na gratificação de qualificação (GQ) do nível médio e a criação de dois novos níveis entre a GQ1 e a GQ2, ampliar o acesso dos servidores a esses valores. Faltava garantir que mudanças também fossem feitas na Titulação de nível superior, mas segundo o governo, não havia mais tempo em 2010.

Desta forma, o governo nos ofereceu o mesmo que a outras carreiras que negociavam durante o ano de 2010, a possibilidade de deixar registrado em documento memorial até onde havíamos avançado e que este seria o ponto de partida para continuar as conversas. Além disso, seríamos colocados entre as carreiras priorizadas na retomada das negociações.

Diante do fortalecimento do movimento unificado de servidores federais, o governo foi obrigado a retomar, a partir de maio, a negociação da pauta específica de todas as carreiras, incluindo a nossa. Desta forma estamos marcados, dentro de um calendário com todas as demais carreiras, para o dia 7 de junho. Desde janeiro cobrávamos essa retomada, que finalmente ocorrerá.

Depois de tamanha demora, não podemos esperar desta reunião nada menos do que já tínhamos no fim de 2010. Os patamares do documento memorial são o mínimo para mantermos as conversas. Além do mais, sabemos que estamos recebendo os valores da insalubridade pela árdua briga que a Asfoc-SN vem mantendo nos tribunais. A celeridade em resolver a questão deve ser prioridade de todos, incluindo a Presidência da Fiocruz e o Ministério do Planejamento. Caso haja qualquer mudança nos nossos contracheques antes da compensação dos valores, não se poderá alegar qualquer intransigência por parte dos trabalhadores, diante de tamanha demora em se retomar à Mesa. Se for necessário reagirmos com dureza, será mais que legítimo. Essa negociação não começou agora, já dura 18 meses!

Desde o fim do ano passado, se buscava alcançar uma pauta consensual que pudesse reunir as diversas entidades representativas dos servidores federais. Como reconhecimento da necessidade de lutar para conquistar vitórias, uma campanha unificada, que há muito não se via, vem ganhando a cada dia mais força. Hoje, o movimento, que começou com cerca de 18 entidades em fevereiro deste ano, teve em sua última reunião 32 entidades representadas, entre sindicatos, confederações e centrais sindicais. É essa luta que força o governo a receber os servidores e a criar as agendas específicas como relatado anteriormente.

A Asfoc-SN e seus servidores vem participando de maneira intensa de todas as atividades e acreditamos ser possível avançar em questões que pareciam muito pouco prováveis, como a derrubada de projetos que afrontam o serviço público e os servidores e a conquista de um índice de reajuste que reponha as perdas inflacionárias e também garanta ganhos reais. Nos manteremos também nessa luta e, desde já, convocamos todos os servidores para marcha a Brasília, que ocorrerá em 16 de junho. A pressão fez o governo nos receber e a pressão nos fará avançar rumo a justas conquistas.

Nesse ano também estamos atentos à Plenária Extraordinária do VI Congresso Interno, que deve ocorrer no fim do segundo semestre. Será a continuação de um debate que já dura cerca de dois anos e terá como tema central a possibilidade de criação de empresa subsidiária na Fiocruz para as áreas de produção e desenvolvimento tecnológico.

Defendemos desde o início o fortalecimento e o aprimoramento da Fiocruz como autarquia era possível, desde que reconheçêssemos nossas fraquezas e enfrentássemos nossos problemas. A Plenária de outubro de 2010 ratificou essa visão, mas manteve em aberto a discussão sobre a subsidiária. A Asfoc-SN seguirá mantendo o foco nessa questão e procurará, assim como é de sua tradição, colaborar no sentido de trazer elementos para essa discussão e assim subsidiar nossos delegados. É importante estarmos preparados, para que tomemos a decisão que avaliarmos como a mais acertada.

ESPAÇO UNIFOC

Omissão poderá ser alienação

por Antonio Humberto da Costa

Diretor Geral da União dos Aposentados da Fundação Oswaldo Cruz (Unifoc)

Existem, dentro do Campus de Manguinhos, vozes correntes que acham absurdas as novas tabelas de preços reajustados no FioSaúde. Há, por exemplo, casos em que, no Grupo Familiar, o reajuste é igual a 70% (setenta por cento).

Há uma nota da Presidência (vide Linha Direta, 1º de junho – Coordenadoria de Comunicação Social): "(...) a decisão de reajustar o plano aconteceu em abril, após o evento no Auditório da ENSP, que reuniram a direção do FioSaúde, a Presidência da Fiocruz, a Asfoc-SN e usuários do plano de saúde (...)".

A nota esquece (?) de citar que a Unifoc estava presente e protestou, com veemência, contra a ausência dos participantes em defesa dos seus interesses. No início da Assembleia, o auditório estava ocupado pela metade. Após os esclarecimentos prestados, já próximo da votação, o comparecimento no auditório

era praticamente a metade do que havia iniciado – quem lá esteve sabe que estou, como sempre fiz, pondo os pingos nos is.

Assim, deste modo, sou visceralmente contra os protestos de agora. A bem da verdade, é bom que se diga que o FioSaúde, até um pouco antes do início da Assembleia, conclamava no Campus para que os participantes comparecessem ao evento.

Bertold Brecht dizia que o pior analfabeto era o analfabeto político. Eu dizia (acrescentava) que quem não participa, além de alienado, é responsável direto pelos fatos que acontecem.

Vale ainda esclarecer que, graças à intervenção direta da Presidência da Fiocruz, o reajuste foi menor e, ao contrário do que foi aprovado, só agora entra em vigor.

Não queremos ser maior nem melhor, apenas que continuem a olhar nos meus olhos e façam seu julgamento.

EXPEDIENTE

■ DIRETORIA EXECUTIVA DA ASFOC - SINDICATO NACIONAL (E-mail: secretaria@asfoc.fiocruz.br) • Paulo César de Castro Ribeiro - *Presidente* • Paulo Henrique Scrivano Garrido - *Vice-Presidente* • Alcimar Pereira Batista - *Diretor de Administração e Finanças* • Gilberto Lessa - *Diretor Secretário-Geral* • Jorge Santos da Hora - *Diretor de Legislação e Assuntos Jurídicos* • Roberto Lopes - *Diretor de Esportes* • João Carlos B. R. de Freitas - *Diretor Social e de Cultura* • Adriano De Lavor - *Diretor de Comunicação* • Wladimir Gomes de Melo - *Diretor de Articulação Regional* ■ SUPLENTEs • Daniel Daipert Garcia • Carlos Augusto de Andrade Meirelles • José Leonídio Madureira de Souza Santos • Rita Regina Guimarães • Paulo Henrique da Costa Ferreira ■ CONSELHO FISCAL • Marilene Fragas Costa - *Presidente* • Nilton Francisco da Silva • Nilton Francisco da Silva - *Secretário* • Júlio César Miguel • Lucio José de Oliveira • Alexandre Silva Muniz

■ DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO (Tel.: 21 2598-4231 Ramal 211 /E-mail: jornalismo@asfoc.fiocruz.br) ■ Gerência de Comunicação • Jesuan Xavier ■ Equipe • Fernando Taylor e Mario Cesar

■ Fotografia • Jesuan Xavier • Fernando Taylor ■ Divulgação • Jorge Vieira ■ Impressão • Jorday Gráfica ■ Programação Visual • F.Tavares

CONTATOS ASFOC - SN

■ SEDE DA ASFOC-SN – AV.BRASIL, 4.365 - RJ - CEP 21040-360 ■ Secretaria – 2598-4231 ■ Jornalismo – 2598-4231 (R. 211) ■ Odontologia – 2598-4333 ■ Jurídico – 2598-4231 (R. 214) ■ Seguros – 2598-4231 (R.218) ■ Salão de Beleza – 2598-4231 (R.223) ■ Restaurante – 3885-3890 ■ REPRESENTAÇÕES REGIONAIS DA ASFOC-SN: Pernambuco – (81) 3454-4501 ■ Minas Gerais – (31) 3349-7710 ■ Distrito Federal – (61) 3340-0340 ■ Bahia – (71) 3356-6583 ■ Amazonas – (92) 3621-2397

FEZ-SE JUSTIÇA!

Câmara da Previdência extingue auto de infração de conselheiros do FioPrev

Após duras batalhas, conselheiros, ex-conselheiros, diretores e ex-diretores do FioPrev, que tomaram empréstimo em 2006 para saudar dívidas e manter em funcionamento o FioSaúde, finalmente tiveram sua ação reconhecida como legítima pela Câmara de Recursos da Previdência Complementar (CRPC). Em sessão, no último dia 13 de abril, a Câmara decidiu, por unanimidade, extinguir o auto de infração (78/07) que punia cerca de 20 servidores que participaram da operação.

Presentes ao julgamento, o presidente da Asfoc-SN, Paulo Cesar de Castro Ribeiro, o vice-presidente da Fiocruz, Pedro Barbosa, o diretor do FioPrev, Carlos Magno, e a presidente do Conselho Deliberativo do FioPrev, Leila Mello, além do diretor Jurídico do Sindicato, Jorge Santos da Hora. Na abertura da apresentação da nova tabela do FioSaúde, dia 15 de abril, no auditório da Ensp, eles fizeram questão de comentar o assunto.

“Num mundo tão frio e burocrático no qual vivemos hoje, é confortador saber que ainda contamos com a consciência de alguns setores da sociedade”, enfatizou Paulão.

Durante o julgamento, o preceito constitucional do direito à vida foi levado em consideração, assim como a preservação do patrimônio do FioPrev, visto que os valores foram devolvidos ao

Fundo respeitando a rentabilidade e, portanto, sem prejuízo ao plano benefício.

“Se teve um processo na instituição, nos últimos anos, que mobilizou todos de forma parceira, com ações muito bem articuladas entre Sindicato, Conselho Deliberativo, diretoria do FioPrev e Presidência da Fiocruz, foi esse. Como não poderia deixar de ser, sempre estivemos solidários e fizemos o possível para garantir a justiça”, afirmou Pedro Barbosa.

A Câmara considerou ainda o processo democrático da instituição, que apoiou na época a operação realizada para sanear o FioSaúde. Nos últimos anos, o Sindicato fez diversas gestões pela absolvição dos autuados e sempre levou a discussão a Assembleias e aos fóruns coerentes.

Leila Mello, atual presidente do Conselho do FioPrev e uma das ex-autuadas, se disse bastante emocionada com o resultado do julgamento. “Vale registrar a coragem que tivemos ao mudarmos de advogados no momento mais nevrálgico do processo. Nossa representante atual defendeu a bandeira do direito à vida e de que não houve qualquer prejuízo ao FioPrev e seus participantes, exatamente os dois pontos que basearam o voto da relatora do processo e que foi seguido por todos os demais membros da Câmara” comentou Leila, lembrando do importante papel cumprido pela advogada que construiu a defesa, dr^a Andréa Correa.

Carlos Magno, também um dos autuados, lembrou o nome de Miguel Murat, que era um dos conselheiros à época da operação. “Infelizmente ele faleceu antes do término do processo. Mas fiz questão de ligar para sua esposa e dizer que o auto de infração tinha sido anulado”, declarou, visivelmente emocionado.

Também presente ao evento sobre o FioSaúde, Humberto da Costa, diretor geral da Unifoc, relatou a emoção do dr. Newton Potsch, ao receber a notícia do julgamento. “Quando cheguei à sua casa, ele me abraçou e chorou copiosamente. Imagina a tamanha injustiça que estava sendo feita a um dos homens mais íntegros que já conheci.”

Em carta enviada à Asfoc-SN e a outros que acompanharam e apoiaram os autuados durante o caso, Marcia Garcia e Alex Molinaro, ex-conselheiros eleitos do FioPrev à época do empréstimo e que tiveram importante papel como interlocutores dos participantes junto ao Sindicato e estiveram presentes em praticamente todas as assembleias que trataram do problema, comemoraram a decisão: “Queremos compartilhar com todos vocês a importantíssima vitória que foi esse processo. Desde o início, foi um processo coletivo, uma luta coletiva e, finalmente, uma vitória coletiva. A luta foi longa, difícil e até indigesta, mas, ao final, vitoriosa. Parabéns a todos nós!!!! Valeu a luta! Valeu a vitória!”.

ENTENDA MELHOR O CASO

(baseado na carta de Marcia e Alex)

NO ANO DE 2005, o aprofundamento da crise financeira do FioSaúde e o déficit acumulado nos anos anteriores, apontavam fortemente para o risco de execução judicial da Entidade pelos prestadores de serviço, bem como a possibilidade de liquidação imediata do plano, o que resultaria na suspensão dos atendimentos.

Na tentativa de solucionar os problemas, os conselheiros do FioPrev se debruçaram em conjunto com o CD-Fiocruz, a Presidência e a Associação dos Servidores (Asfoc), para tentar conseguir uma solução estrutural e sustentável para o Plano. Passo seguinte, e de forma transparente, amplamente divulgada e com reuniões públicas do Conselho Deliberativa da Fiocruz, do CD FioPrev e assembleias dos participantes, convocadas pela Asfoc-SN, decide-se pactuar a solução que equacionou o déficit acumulado e restaurou a saúde financeira do FioSaúde, que foi o empréstimo tomado ao nosso Fundo de Previdência complementar.

Todavia, para assegurar o cumprimento de recomendação da Secretaria de Previdência Complementar e da Agência Nacional de Saúde Suplementar, de separação entre as finanças do FioPrev e FioSaúde, a fim de garantir os direitos dos servidores e não propiciar qualquer prejuízo aos participantes dos planos de pre-

vidência complementar que o FioPrev administrava, foi montada uma engenharia financeira para dar solução a questão. O pagamento do empréstimo seria efetuado em no máximo 10 anos, com o saldo devedor corrigido com base na rentabilidade média anual da carteira de investimentos do FioPrev, sendo as prestações de responsabilidade paritária entre a Patrocinadora e os participantes, com pagamentos iniciando a partir de janeiro de 2006. Esta pactuação foi integralmente cumprida.

Toda a operação foi realizada sob rígidas regras morais e éticas, assegurando integral proteção aos participantes tanto do Fundo de Previdência como do FioSaúde. A engenharia desse processo foi amplamente discutida institucionalmente e ratificada em ata do Conselho do FioPrev. Não houve dolo e sim a existência de boa fé com o único intuito de dar sobrevivência ao plano de saúde.

Ainda que o empréstimo tenha sido discutido com a Presidência da Fiocruz e aprovado em assembleia da Asfoc; ainda que desta decisão tenham participado a Patrocinadora através de seu CD, os participantes, os órgãos ministeriais diretamente envolvidos na solução do déficit (ministérios da Saúde e do Planejamento); ainda que na construção dessa decisão prevalecesse a

premissa de cunho social diante da necessidade de ser mantida a assistência médica aos participantes; ainda que a materialização do apoio da Fiocruz viesse através do aporte de recursos, a análise técnica da Secretaria de Previdência Complementar (SPC) do Ministério da Previdência Social (MPS) opinou pela procedência da autuação e pela aplicação aos autuados de multa pecuniária no valor de R\$ 15.397,00, reduzida em 40% em face da devolução dos recursos, que apenas constituiu-se em atenuante.

No dia 9 de julho de 2007, a Secretaria de Previdência Complementar emitiu o Auto de Infração número 78/07-74, atuando 20 pessoas - entre elas servidores que compunham o Conselho Deliberativo do FioPrev, dirigentes e funcionários da Instituição. Após muita pressão e mobilização de todos e da união de forças do Conselho Deliberativo do FioPrev, do CD-Fiocruz, da Presidência e da Asfoc, para que a situação fosse resolvida, em 13 de abril de 2011, a Câmara de Recursos da Previdência Complementar reconheceu que a preservação da vida se sobreponha às regras impostas e decidiu, por unanimidade, a improcedência do Auto e, portanto, pela absolvição das pessoas autuadas no processo. Fez-se justiça!

Movimento Unificado convoca nova marcha para 16 de junho

Trabalhadores garantem reabertura das negociações

Depois de intensas cobranças e manifestações, o Fórum de Entidades dos Servidores Públicos Federais - do qual a Asfoc-SN e mais 26 sindicatos, confederações e centrais sindicais fazem parte - finalmente foi recebido pela ministra do Planejamento, Miriam Belchior, no dia 13 de abril, durante protesto de 12 mil trabalhadores em Brasília. Como resultado da pressão do movimento, a categoria vem tendo uma série de reuniões, em maio, para tratar da pauta geral.

Em 16 de junho, acontecerá a marcha dos servidores públicos federais, também na capital Federal. Os organizadores têm como objetivo dobrar o número de manifestantes do último Ato. O movimento, que segue unido e fortalecido, não descarta ainda a possibilidade de greve no segundo semestre, caso não haja evolução nas negociações.

No encontro, a ministra Miriam Belchior designou o agora secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Planejamento, Duvanier Paiva Ferreira, para conduzir as negociações com os trabalhadores. Na primeira reunião com Duvanier, em 18 de abril, ficou definido o calendário com três encontros durante o mês de maio, para tratar da pauta geral apresentada pelas entidades. Também foi encaminhado que a pauta específica, da Fiocruz e das demais categorias, seria discutida separadamente numa série de reuniões semanais. A primeira da Asfoc-SN acontecerá em junho (*Box na página ao lado*).

Na primeira reunião sobre a pauta geral, em 4 de maio, foram discutidos os projetos que tramitam no Congresso Nacional e retiram direitos dos trabalhadores: PLP 549/2009, que congela os salários do funcionalismo público por 10 anos e restringe a elaboração de novos concursos públicos; PLP 248/98, que, sob o pretexto de avaliar desempenho, agiliza a demissão de servidores estáveis que não se enquadrem nas determinações de suas chefias; 1992/07, que cria o Fundo de Previdência Complementar para o serviço público; e a MP 520/10, que cria a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares para gerir os hospitais universitários, segundo a lógica de mercado.

Ficou acordado que o governo elaborará documentos relatando que estes projetos estão em fase de discussão com as categorias e instituirá oficinas de debates sobre cada um dos projetos para aprofundar as discussões.

Na segunda reunião, em 17 de maio, o governo apresentou minuta de Projeto de Lei sobre a democratização das relações de trabalho, o tratamento de conflitos, o direito de greve e que estabelece as diretrizes básicas da negociação com os servidores federais. O projeto é fruto da Mesa Nacional de Negociação, ainda no governo Lula, da qual a Asfoc ainda não fazia parte. Várias entidades que começaram a discussão na Mesa Nacional saíram durante o processo por discordar do rumo das negociações na época. A tentativa agora é



O vice-presidente das Asfoc-SN, Paulo Garrido, fala na Plenária Nacional dos Servidores Públicos Federais, em Brasília

Fotos: Fernando Taylor

retomar o debate e tentar superar alguns pontos polêmicos presentes no texto. A diretoria da Asfoc irá avaliar o conteúdo e incluir o tema nas próximas discussões com os trabalhadores da Fiocruz.

O próximo encontro acontecerá em 31 de maio e tratará sobre questões essenciais para o funcionalismo público, dentre elas data-base (1º de maio), reposições permanentes das perdas inflacionárias e paridade entre ativos e aposentados. As entidades também discutirão previamente a reunião sobre a definição de um índice de reajuste a ser apresentado ao governo.

ATOS - Em 13 de abril, servidores públicos federais de todo o país demonstraram sua capacidade de mobilização e unidade ao reunir 12 mil pessoas no Ato Público em Defesa dos Serviços e Servidores Públicos, em Brasília. Com inúmeras faixas e apitaço, a marcha partiu da Praça dos Três Poderes até o prédio do Ministério do Planejamento. A Asfoc-SN participou da manifestação com 44 servidores e cinco faixas, com os dizeres: “Paridade com integralidade para aposentados”; “Contra reformas que retirem direitos dos trabalhadores”; “Trabalhadores ativos e aposentados merecem respeito. Nós somos a Fiocruz”; “Em defesa dos servidores e por um serviço público de qualidade” e “Pela valorização das carreiras e incorporação das gratificações”.

Durante a manifestação, quatro bonecos - caracterizando a presidente Dilma Rousseff; o senador José Sarney; a ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Miriam Belchior, e o secretário da Secretaria de Relações do Trabalho do MPOG, Duvanier Paiva Ferreira - chamaram a atenção pela originalidade e crítica bem-humorada das placas de cada alegoria: “Dil Má: 132% de reajuste no meu salário e dos meus ministros. Para os servidores: 0%!!!”; “Ser Rei: eu votei 62% para os parlamentares... 6% para o salário mínimo... 0% para os servidores”; “Bel Pior: Vou congelar os salários dos servidores por 10 anos!!!” e Du Vaidoer: Eu admito, o governo não cumpre acordos”.

Pouco antes da reunião com a ministra do Planejamento, o presidente da Asfoc-SN, Paulo César de Castro Ribeiro, destacou a força do movimento. “Essa reunião é fruto da nossa mobilização, não acontece de mão beijada. A certeza que esse seria um ato representativo fez com que as portas do Ministério do Planejamento fossem abertas para os servidores. Não precisa ter medo de servidor público federal, porque ele constrói esse país e está aqui com disposição para negociar! Mas se não tiver negociação vai lutar e arrancar aquilo que é de direito... na luta, na mobilização, na rua”, disse ele, em cima do carro de som.

No dia seguinte ao Ato, em 14 de abril, o Sindicato participou da Plenária Nacional dos Servidores Públicos Federais, com 7 delegados e 37 observadores. Neste encontro, a Asfoc-SN foi homologada membro da Coordenação Nacional da Entidades dos Servidores Federais (Cnesf). “Nosso Sindicato tem o compromisso de ser atuante e combativo por um serviço público de qualidade e sempre na luta pela valorização dos trabalhadores. É por isso que hoje é um dia especial e tem uma dimensão política muito importante compor a Cnesf”, ressaltou o vice-presidente da Asfoc, Paulo Garrido.

CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DA SAÚDE – Uma semana antes, no dia 7 de abril, Dia Mundial da Saúde, trabalhadores das redes municipal, estadual e federal foram às ruas protestar contra a privatização da Saúde e em defesa do SUS. Cerca de mil manifestantes saíram em passeata da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) até as escadarias da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), onde pressionaram também deputados estaduais a instaurar a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a rede de

Saúde do Estado, já aprovada na casa. A instalação da CPI ainda não ocorreu, pois os partidos da base do governo do Estado, que são maioria, não querem indicar seus membros para Comissão.

O presidente do Sindicato lembrou, durante o percurso, que os governos vêm tentando passar a prestação de serviço de saúde para as mãos das Organizações Sociais (OS), Organizações de Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), da Fundação Estatal de Direito Privado e da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.

“A entrega das atividades às organizações privadas vai abrir a possibilidade de venda desses serviços e criar portas duplas de entrada no serviço público de Saúde. Os governos alegam que a qualidade do serviço público prestada à população é baixa porque é feito pelos servidores públicos, e isso seria o motivo da má gestão, dos problemas que a Saúde atravessa. Isso é uma falácia, é uma mentira! O governo não cumpre suas obrigações constitucionais em relação à saúde pública e joga a culpa desse suposto mau atendimento em cima dos servidores”, criticou Paulão.

DIA NACIONAL DE MOBILIZAÇÃO NOS ESTADOS - Três semanas depois, em 28 de abril, servidores do Rio de Janeiro se reuniram na Candelária para protestar contra o corte do governo de R\$ 50 bilhões do Orçamento e as ameaças de ataques aos direitos dos trabalhadores, no Dia Nacional de Mobilização nos Estados.

“Estamos contra a política malvada do governo Dilma, que quer sucatear o serviço público. Querem acabar com o patrimônio público e o que nós queremos é serviço público de qualidade. Estamos solidários com todos os trabalhadores, porque nós é que fazemos essa nação. O corte de 50 bilhões de reais afeta todo o país, principalmente a Saúde e a Educação. Vamos lutar contra a precarização dos serviços públicos e, por isso, estamos na rua! Saúde e Educação são deveres do Estado e direitos de todo cidadão”, afirmou a diretora suplente Rita Regina Guimarães, que falou pela Asfoc-SN no Ato.

DIA NACIONAL DE LUTA - No dia 11 de maio, Dia Nacional de Luta, os trabalhadores se mobilizaram em torno da pauta unificada dos servidores públicos federais – contra qualquer reforma que retire direitos dos trabalhadores; regulamentação/institucionalização da negociação coletiva no setor público e direito de greve irrestrito; retirada dos PLs, MPs e decretos contrários aos interesses dos servidores públicos (PLP 549/09, PL 248/98, PL 92/07, MP 520/10 e demais proposições; cumprimento, por parte do governo, dos acordos firmados e não cumpridos; paridade entre ativos, aposentados e pensionistas; definição de data-base em 1º de maio; política salarial permanente com reposição inflacionária, valorização do salário base e incorporação das gratificações.

O vice-presidente da Asfoc, Paulo Garrido, frisou a importância dos sete eixos da pauta geral, mas ressaltou que o tratamento de questões específicas não pode ser um risco para o enfraquecimento da unidade do movimento dos servidores públicos. “Priorizamos a pauta geral, mas também buscamos uma solução para um problema (insalubridade) que pode afetar 80% dos trabalhadores da Fiocruz, com a perda de 10% do salário. Estamos dispostos a fortalecer a unidade em torno da pauta geral, sem prejuízo às bandeiras específicas de cada carreira”, afirmou Paulinho, em frente à Câmara de Vereadores, na Cinelândia.

PERDAS DA INSALUBRIDADE: REUNIÃO SERÁ EM 7 DE JUNHO

As discussões sobre as possíveis perdas referentes às mudanças dos parâmetros dos adicionais de insalubridade, além de outros pontos da nossa pauta específica, como a reestruturação do Plano de Carreiras e concurso público, estarão na Mesa de Negociação com a Secretaria de Recursos Humanos do Planejamento, no próximo dia 7 de junho. O encontro, inicialmente marcado para 19 de maio, terminou sendo adiado pela SRH mesmo com posicionamento contrário da Asfoc-SN.

Desde a mudança da data, a direção do Sindicato cobrou da Secretaria e da Presidência da Fiocruz a antecipação da reunião. No entanto, o encontro ficou mantido para a mesma data. A direção da Fundação afirmou, porém, que vem mantendo interlocuções com os ministérios da Saúde e do Planejamento com intuito de conseguir avanços na próxima reunião. Para a Asfoc, é essencial que haja evoluções concretas para o encontro do dia 7 de junho.

VI CONGRESSO INTERNO

Trabalhadores retomam discussão sobre modelo de gestão da Fiocruz

Em reunião ampliada de diretoria (Grupão), no dia 11 de maio, na sede da Asfoc-SN, os trabalhadores retomaram as discussões sobre a Plenária Extraordinária do VI Congresso Interno, prevista para o segundo semestre deste ano, que vai discutir a necessidade de alteração no modelo autárquico da Fiocruz, constituindo subsidiária(s) para a área de produção.

Os servidores avaliaram as ações do Sindicato junto ao Fórum Ampliado, a pauta geral e a mobilização como um todo, além de debaterem também um calendário de seminários a serem organizados pelo Sindicato como forma de subsidiar as discussões para o Congresso Interno. No encontro, ficaram definidas algumas questões a serem exploradas nos debates abertos a toda comunidade, como o processo de reforma de estado e o aprimoramento do modelo autárquico fundacional da Fiocruz. Foi indicada a necessidade de iniciar as discussões partindo de um contexto mais amplo, que avalie o momento político e conjuntural que o país atravessa e de que forma a Fiocruz e as mudanças a serem propostas para nosso modelo de gestão articulam-se.

Para abrir a série de discussões, o 1º debate terá como tema “O processo de Reforma do Estado e o setor Saúde: a precarização do trabalho e dos serviços públicos”. Para a Mesa já está confirmada a presença da doutora e mestre da Escola de Serviço Social da UFRJ e membro do Grupo de Trabalho de Seguridade Social do Andes-SN, Sara Granemann. O debate acontecerá no próximo dia 14 de junho, em hora e local a ser definido e posteriormente divulgado, juntamente com o nome do segundo debatedor.

Debate no Icict é o primeiro do ano

Como parte da programação de aniversário de 25 anos do Icict, comemorado em 2011, a vice-direção de gestão e desenvolvimento institucional da unidade promoveu, no dia 5 de maio, o seminário “O novo modelo de gestão da Fiocruz e seus impactos no SUS”. Na Mesa do debate, estiveram presentes Luiz Arnaldo Pereira da Cunha, diretor da Lyncis Consultoria, Francisco Batista Júnior, ex-presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS), Pedro Barbosa, vice-presidente de Gestão e Desenvolvimento da Fiocruz, e Paulo César de Castro Ribeiro, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Fiocruz, além de Umberto Trigueiros, diretor do Icict.

Luiz Arnaldo, que foi subsecretário de Planejamento e Gestão de Minas Gerais, abriu sua exposição analisando modelos da administração pública direta e indireta e traçou um paralelo com a Fundação Oswaldo Cruz. Para ele, a Fiocruz vive hoje um “modelo composto”. “A Fiocruz é, atualmente, uma fundação autárquica somada a uma fundação de apoio de direito privado (Fiotec)”.

Opinião compartilhada pelo vice-presidente Pedro Barbosa. “Sabemos que não somos um único modelo jurídico institucional. Temos uma lógica de modelo composto”.

Segundo ele, na prática, a Fiocruz já opera com várias parcerias público/privada. “E não estou falando das terceirizações, estou falando de acordos de transferência de tecnologia que viabilizam produtos para a sociedade.”

Pedro Barbosa afirmou também que a proposta da Presidência é de incorporar mais uma natureza jurídica ao sistema Fiocruz, com a lógica de empresa pública para as áreas de produção e gestão tecnológica. “Sem perder nossa condição de fundação autárquica”.

O presidente do Conselho Nacional de Saúde, Francisco Batista Júnior, defendeu a ideologia presente na elaboração da Constituição Federal. “Tem sido muito colocado nesse debate de gestão as famosas amarras jurídicas, a necessidade de flexibilização, a necessidade de condições mais objetivas de enfrentamento da realidade. Acho que as amarras jurídicas foram instrumentos colocados em nosso arcabouço jurídico legal para tentar inibir a ação lesiva e patrimonialista historicamente praticada contra o Estado brasileiro. No entanto, estas amarras jurídicas não funcionaram e passaram a ser utilizadas como argumento para se desconstruir tudo o que conquistamos com a Constituição Federal. As soluções para a gestão pública podem ser resolvidas de acordo com o pensamento ideológico que elaborou esta mesma Constituição”.

O presidente da Asfoc, Paulo Cesar de Castro Ribeiro, concordou. “A questão é ideológica, sim. O debate que se faz é: que Estado queremos para dar conta daquilo que nós acreditamos? Se falarmos da nossa área (Saúde), que SUS é esse que queremos? Os interesses do privado são completamente diferentes do público”.

Paulão ressaltou o modelo democrático da Fiocruz. “No fim do ano passado, o governo deu um golpe e editou uma medida provisória (MP 520, que criou a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares), que alterou o modelo jurídico dos hospitais universitários, sem discussão, sem qualquer conversa. O que houve foi uma imposição de um novo modelo. Felizes somos nós que temos a possibilidade de estarmos aqui discutindo modelo de gestão, sabendo que nada será imposto de cima pra baixo, que tudo deve ser resolvido democraticamente, num Congresso Interno”.



Da esquerda para direita: Francisco Batista Júnior, Pedro Barbosa, Umberto Trigueiros, Paulão e Luiz Arnaldo

Foto: Vinícius Mairinho

BALANÇO PATRIMONIAL

• 2008/2009 •

ATIVO		
CIRCULANTE		3.434.007,26
DISPONIBILIDADES	2.996.650,12	
CAIXA	12.063,93	
BANCOS C/ MOVIMENTO	48.042,25	
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	2.936.543,94	
VALORES A RECEBER	395.834,92	
ADIANTAMENTOS DE SALARIOS	7.600,00	
OUTROS ADIANTAMENTOS	21.373,60	
OUTRAS CONTAS A RECEBER	366.861,32	
ALMOXARIFADO	32.445,97	
ESTOQUE DE MATERIAIS	32.445,97	
DESPESAS ANTECIPADAS	9.076,25	
DEPESAS ANTECIPADAS	9.076,25	
ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO		13.562,19
CREDITOS A RECEBER	13.562,19	
CREDITOS DIVERSOS	13.562,19	
PERMANENTE		324.052,39
ATIVO IMOBILIZADO	324.052,39	
IMOBILIZADO	988.699,92	
DEPRECIACÃO E AMORTIZACÃO	(664.647,53)	
TOTAL GERAL DO ATIVO		3.771.621,84
PASSIVO		
CIRCULANTE		80.179,73
CONTAS A PAGAR	80.179,73	
FORNECEDORES	22.774,18	
FOLHA DE PAGAMENTO	59.572,37	
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	26.075,11	
CONTAS CORRENTES	(57.793,06)	
PROVISÕES	28.511,49	
DEPOSITOS A IDENTIFICAR	1.039,64	
PATRIMONIO SOCIAL		3.691.442,11
FUNDO PATRIMONIAL	605.254,25	
FUNDO PATRIMONIAL PROPRIO	605.254,25	
RESULTADOS SOCIAIS	3.086.187,86	
RESULTADO DO EXERCICIO	3.086.187,86	
TOTAL GERAL DO PASSIVO		3.771.621,84

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial somando no Ativo e no Passivo TRÊS MILHÕES, SETECENTOS E SETENTA E UM MIL, SEISCENTOS E VINTE E UM REAIS E OITENTA E QUATRO CENTAVOS de acordo com a documentação fornecida pela empresa.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2009

Alcimar Pereira Batista
Diretor Adm./Financeiro

Nelson Oliveira dos Santos Cunha
Contador - CRC 105330/O-3 - RJ

BALANÇO PATRIMONIAL

• 2009/2010 •

ATIVO		
CIRCULANTE		577.188,62
DISPONIBILIDADES	4.106.205,80	
CAIXA	9.532,94	
BANCOS C/ MOVIMENTO	307.250,05	
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	3.789.422,81	
ADIANTAMENTO	412.426,03	
ADIANTAMENTOS DE SALARIOS	24.783,67	
OUTROS ADIANTAMENTOS	18.859,07	
OUTRAS CONTAS A RECEBER	368.783,29	
ALMOXARIFADO	47.788,39	
ESTOQUE DE MATERIAIS	47.788,39	
DESPESAS ANTECIPADAS	10.768,40	
DEPESAS ANTECIPADAS	10.768,40	
ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO		13.562,19
CREDITOS A RECEBER	13.562,19	
CREDITOS DIVERSOS	13.562,19	
PERMANENTE		347.270,15
ATIVO IMOBILIZADO	347.270,15	
IMOBILIZADO	1.011.917,68	
DEPRECIACÃO E AMORTIZACÃO	(664.647,53)	
TOTAL GERAL DO ATIVO		4.938.020,96
PASSIVO		
CIRCULANTE		211.222,66
CONTAS A PAGAR	211.222,66	
FORNECEDORES	1.170,90	
FOLHA DE PAGAMENTO	68.987,25	
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	109.256,71	
CONTAS CORRENTES	(23.127,50)	
PROVISÕES	12.428,23	
OUTRAS CONTAS A PAGAR	40.301,76	
DEPOSITOS A IDENTIFICAR	2.205,31	
PATRIMONIO SOCIAL		4.726.798,30
FUNDO PATRIMONIAL	4.726.798,30	
FUNDO PATRIMONIAL PROPRIO	4.726.798,30	
TOTAL GERAL DO PASSIVO		4.938.020,96

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial somando no Ativo e no Passivo QUATRO MILHÕES, NOVECENTOS E TRINTA E OITO MIL E VINTE REAIS E NOVENTA E SEIS CENTAVOS de acordo com a documentação fornecida pela empresa.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2010

Alcimar Pereira Batista
Diretor Adm./Financeiro

Nelson Oliveira dos Santos Cunha
Contador - CRC 105330/O-3 - RJ

Feirinha no Estação Asfoc não tem xepa

A Asfoc-SN ampliou no mês de maio o leque de atividades do Sindicato. Palco de festas inesquecíveis, o Estação Asfoc passou a receber toda quinta-feira, a partir do dia 5, a feirinha de produtos naturais produzidos na Região Serrana, do Projeto Amigos da Terra.

Com produtos frescos é possível encontrar verduras orgânicas e convencionais, frutas, cereais, integrais, mel, cosméticos naturais, laticínios, pães, biscoitos, chá orgânico, artesanato, chocolates artesanais, plantas e flores.

Além de encontrar produtos de alto valor nutricional de pequenas propriedades rurais, há informações sobre os atrativos turísticos do Circuito Teresópolis-Friburgo, regiões atingidas, em janeiro deste ano, por uma das maiores tragédias climáticas da história do país.

Algumas semanas após as fortes chuvas, a Asfoc-SN foi procurada por um dos produtores locais, que propôs a realização da feira. A ideia era divulgar que, mesmo depois da tragédia, Teresópolis e toda a região seguiam vivendo com as atrações turísticas e sua produção, e, ao mesmo tempo, eram oferecidos produtos de qualidade aos trabalhadores da Fiocruz.

“Estamos reeditando uma feira similar a que ocorria na Fundação nos anos 80, também com produtos de Teresópolis. A atual é um grande sucesso e a cada semana a procura é cada vez maior. Estamos dando conta do que pretendíamos”, afirmou o diretor Sócio-Cultural, João Carlos de Freitas, o Profeta.



Foto: Mario Cesar

Estação Asfoc treme com show da banda HiperSimetria

A banda HiperSimetria sacudiu o Estação Asfoc na Festa do Dia do Trabalhador (1º de Maio). Durante as comemorações, no dia 6, o grupo mostrou seu vasto repertório e botou todo mundo para dançar. No cardápio musical rock, pop, MPB, marchinha de carnaval, brega e lembranças de artistas consagrados: Cazuzza, Cássia Eller, Legião Urbana, Mamonas Assassinas, Elvis Presley, Beatles, além de Wando, Roupa Nova, Lobão, Lulu Santos, Leo Jayme, Marina Lima, Kid Abelha, Paralamas do Sucesso, Jota Quest, Vanessa da Matta e Ana Carolina.



Foto: Fernando Taylor

Aula de tênis no Sindicato

O Departamento de Esportes da Asfoc-SN promoveu, no dia 20 de maio, uma aula experimental gratuita de tênis. Com raquete nas mãos, o instrutor Felipe dos Santos Moura ensinou alguns dos golpes da modalidade que levou o brasileiro Gustavo Kuerten, maior tenista masculino da história do país, a ter projeção internacional com suas grandes vitórias.

Para entrar definitivamente na grade da Asfoc é necessário que os alunos demonstrem interesse pelo esporte. “A ideia é manter mais uma atividade pela Asfoc. Os interessados devem procurar a Secretaria do Sindicato ou o departamento de Esportes para avaliarmos a viabilidade da modalidade”, disse Roberto Lopes, diretor da área.



Foto: Fernando Taylor



Filie-se à Asfoc-SN!

Veja todas as vantagens no site www.asfoc.fiocruz.br